

ALGUNS ESCRITOS APÓCRIFOS,
INÉDITOS E MENOS CONHECIDOS,
DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA

Antônio Vieira foi um incansável polígrafo. Cartas, sermões, homilias, polémicas, relatórios diplomáticos, propostas de estadista, utopias patrióticas, visões de cabalista, ninharias místicas e até poesia, tudo isso versou a sua pena fecunda; e, como é vezo comum dar aos ricos, muitos escritos lhe são atribuídos que dela não saíram. Começou aos 17 anos, compondo, por ordem dos superiores, as *Annuas* da Companhia de Jesus, e aos 89, já sem vista, ainda em cartas ditava arbitrios sôbre assuntos de público interesse.

O que deu à estampa em sua vida e mais admiraram os contemporâneos foram os sermões. Esses poliu-os com amor, e já no Brazil, quartel último que escolhera para a sua velhice, despedido do mundo onde tanto luzira, cada ano enviava à metropole um volume para a imprensa. Entretanto aqueles, e eram muitos, sôbre quem talento tão váriamente facetado exercia fascinação invencível, copiavam-lhe as outras obras, que de mão em mão corriam, estimadas de uns porque lhes afagavam as paixões, de outros, mais desinteressados, pelo deleite literário.

Escrito que encerrasse matéria política, em que fosse atacado o Santo Officio, ou então quando nêle o copista cuidava encontrar, já vislumbres de eloquência, já a veia satírica tanto do modo de Vieira, se o autor lhe era desconhecido, logo o imputava ao eminente polígrafo. Às

vezes era obra de falsário, e assim produções alheias, e não poucas, umas por ignorância ou descuido, outras por consciante fraude, teem passado por suas. Foi de todas a mais notável a *Arte de furtar*, escrito famoso sôbre que teem contendido os eruditos, sem que algum dêles trouxesse ao pleito o laudo definitivo.

Tem igualmente dado motivo a controvérsia a não menos famosa obra *Notícias reconditas do modo de proceder da Inquisição com seus presos*, que com outros papeis, relativos ao Santo Officio, foi pela primeira vez dado a imprimir em livro, sob aquele mesmo título, pelo rabino da sinagoga de Londres, David Neto, com suposto lugar de impressão, em 1722. Este a atribue a um secretário da Inquisição, refugiado em Roma, que o historiador israelita Keyserling, sem nenhum fundamento, dá por christão novo ¹. O erudito António Ribeiro dos Santos diz que a obra lhe não parece ter o cunho de Vieira ², e Cunha Rivara positivamente afirma não ser dêle, se bem que, acrescenta, pode ser extraído de obras suas ³.

O escrito faz parte, e é certamente o mais notável, dos a que deu motivo a disputa sôbre os procedimentos da Inquisição, que durou dez anos, de 1671 a 81, fez suspender por nove os autos da fé, e por um instante ameaçou devolver ao trono o demente Afonso VI. Os jesuitas, à frente dêles António Vieira, advogavam com ardor a causa dos christãos novos. Pode-se até dizer que foram êles os promotores da contendá. As *Notícias reconditas* supõem ser uma informação pedida pelo pontífice Clemente X, para melhor conhecimento da causa. Não tenho escrupulo

¹ *Geschichte der Juden in Portugal*, pág. 327.

² *Memorias de Literatura portuguesa*, publicadas pela Academia, tomo 4.º, pág. 327.

³ *Catalogo de Manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborensis* tomo 3.º, pág. 177.

em crêr que, com pedido ou sem êle, lhe foi apresentado o papel. ¿ Quem o compôs? O bispo do Pará, D. frei João de S. José de Queiroz, pessoa hostile aos jesuitas e a Vieira, assegura que foi êste, se bem que alguns o tivessem por obra de certo promotor de Évora, de apelido Lampreia ¹. O editor de Londres, que pelos correigionários devia ter bôa informação, indica como autor «um secretário da Inquisição de Portugal, que se foi a Roma dar conta do mal que se obrava nela em 1672». Êste sujeito, que David Neto não nomeia, foi Pedro Lupina Freire, notário despedido do Santo Officio, prêso em 1655 por inconfidência, de que resultou ocultar-se um rico mercador que ia ser prêso, e por crime de alcance como tesoureiro do tribunal em Lisboa. Degredado por isso para a Baía, em 1660 voltou perdoado. Os antecedentes, a penúria em que decerto se encontrava, o desejo de vingança que naturalmente se lhe podia supôr, tudo isso o indicava aos adversários da Inquisição para auxiliar. E auxiliar precioso pelo conhecimento dos arcanos do Santo Officio que convinha, para a discussão, trazer a lume. Das informações do tribunal da fé consta que em Roma esperavam por êle, em fevereiro de 1673 ², para tratar da causa dos christãos novos. Lá se encontrou com Vieira a quem igualmente animava a ambição do desfôrço.

¹ *Memorias* publicadas por Camilo Castelo Branco, pág. 149.

² Carta de Francisco Paes Ferreira, de Madrid, ao Inquisidor geral, duque de Aveiro, 20 de abril de 1673: «... Tive cartas de Roma de 25 de fevereiro, e ainda não era chegado ali Pedro Lupina. O clérigo com que aqui se comunicou e de que avisei ser capelão do Convento da Baroneza se chama José da Orta... Diz tambem o clérigo que os christãos novos tinham em Lisboa muitas pessoas grandes que os favoreciam para obtenção de um perdão geral, mas que Lupina levava designios e intenções mais altas, que são de pretender abertas e publicadas*, e que nisto ia muito constante».

* Isto é, a declaração dos nomes e depoimentos completos das testemunhas nos processos de judaismo.

Se, como parece, não foi êste último o autor do papel, quási certo se pode dizer colaborou nêle, e o encomendou, corrigiu e completou. Nem arma tão importante para o prélio se forjaria sem o concurso do principal contendor. Lá aparece a sugestão de serem alguns processos de réus condenados à última pena sujeitos a exame, cousa que tanto havia de embarçar os inquisidores. Em certas partes a linguagem lembrará a persuasiva eloquência do jesuita, não a prosa de que o notário deixou vestígios nos cartórios. O alegar o documento muitos factos da Inquisição de Évora foi talvez o que levou algumas pessoas a supôrem-no do promotor em que fala o bispo do Pará. Mas Lupina devia sabe-las, e é muito plausível as soubesse também Vieira, informado pelos jesuitas daquela cidade, por antiga rixa adversários ferrenhos do tribunal ¹.

No mesmo volume de David Neto saíram as *Reflexões sobre o papel que se intitula Noticias reconditas*, obra que também anda na colecção das impressas ². O escrito evidentemente não é dêle. Basta notar a referência que faz de terem ido os inquisidores absolver a D. João IV, depois de morto, da excomunhão em que incorrera por conflito com o tribunal, história destituida de fundamento, que à puridade se contava, e que, sendo exacta, Vieira de nenhum modo ousaria invocar; e a circunstância de sumariar o breve de Inocência XI àcêrca da Inquisição, que é de Agosto de 1681, quando em janeiro já o idoso batalhador desenganado e vencido, abandonada a contenda, havia partido para o Brazil ³.

¹ Inocência, no *Dicc. Bibl.*, tomo 2.º, pág. 128 diz que o papel oferecido por Vieira ao Papa é cousa totalmente diversa do que vem na edição de Londres, como se verifica por outras copias não menos antigas e mais veridicas. Quais estas cópias sejam todavia não diz.

² *Obras inéditas*, tomo 1.º, ed. de 1856.

³ Inocência, no *Dicc. Bibl.*, tomo 8.º, pág. 318, dá a obra por su-

Suposições são de igual forma os demais papeis relativos ao Santo Officio que se acham impressos: *Resposta demonstratoria, probatoria e convincente á carta de um chamado amigo*¹, e o *Memorial proclamatorio ao Sumo Pontifice Innocencio XI*². Já no século XVIII os tinham por duvidosos os colectores³. Não faltavam aos christãos novos advogados entre os jesuitas e letrados da sua fé. Alguns dêsses seriam os autores.

Nenhum motivo encontro para crêr seja de Vieira o *Papel politico em nome dos habitantes da Serra da Estrela a D. Pedro II*, de que só na Biblioteca de Évora existem quatro cópias⁴. Outro apócrifo é a *Carta politica ao Conde de Castelo Melhor*⁵. Esta atribue Diogo Barbosa Machado em uma parte a frei Francisco do Santíssimo Sacramento, da ordem dos carmelitas descalços, em outra a frei Gabriel da Purificação, religioso de S. Jerónimo, dualismo que levou Rivara a persuadir-se haver dois escritos, no mesmo sentido, de autores diferentes⁶. Isto confirma a desconfiança que Camilo insinua se deve usar, manuseando a *Biblioteca Lusitana*⁷. Também se tem de rejeitar, por espúrio, o *Discurso em que se prova a vinda do senhor rei*

posta, pela razão de ser o autor pessoa que foi para Roma aos 20 anos, e lá vivia de suas rendas, o que se não applica a Vieira. Isto porém não consta do próprio escrito; é asserto de David Neto, ou de quem quer que na edição de Londres fez o prefácio, certamente um apontado de invenções.

¹ *Obras várias*, tomo 1.º.

² *Obras inéditas*, tomo 3.º.

³ Veja-se, por exemplo, o códice n.º 1:172 do Arquivo Nacional, em que estas e outras supostas obras de Vieira estão compiladas com o titulo de *Papeis duvidosos*.

⁴ *Obras várias*, tomo 2.º.

⁵ *Obras inéditas*, tomo 2.º.

⁶ *Catalogo da Bibl. Ebor.*, tomo 3.º, pág. 244.

⁷ *Curso de literatura portuguesa*, tomo 2.º, pág. 144.

D. Sebastião ¹, que contradiz todo o sebastianismo de Vieira, pois para êle o Encuberto tinha sido primeiramente D. João IV; depois personificou-o em D. Pedro II, no primeiro filho dêste, e uma vez até em D. Afonso VI. D. Sebastião é que nunca foi.

Na *Voz sagrada*, suplemento às *Vozes Saudosas*, publicada em 1748, com algumas cartas e vários escritos miudos de Vieira, encontra-se o *Parecer mandado de França a El-rei sobre as disposições da guerra com Castella* ². Êste documento não é de Vieira, nem para D. João IV, já morto quando o escreveram. A leitura mostra-nos datar êle de pouco tempo em seguida ao cerco de Badajoz, levantado em outubro de 1658; portanto de novembro ou dezembro. Dirige-se a D. Afonso VI, então menor, incitando-o a partir para a guerra, e trata àlêm disso de rebater argumentos que em Portugal se opunham à vinda de chefes estrangeiros para o comando das tropas. Quem o escreve é pessoa de confiança da corôa, que analisa um parecer do conde de Sabugal; evidentemente um funcionario diplomático, e com muita probabilidade Feliciano Dourado, residente de Portugal em França desde 1651 ³.

Ainda em vida de Vieira se publicaram em Madrid três volumes de sermões com o seu nome, em 1662, 1664 e 1678, dos quais êle próprio diz serem o maior número

¹ *Obras inéditas*, tomo 2.º.

² Tirado provavelmente da Biblioteca de Évora, onde existem quatro cópias.

³ A hipótese foi-me sugerida pelo nosso erudito consócio sr. Roma du Bocage, a quem é muito familiar a história diplomática da época. Com maior exame do assunto tenho-a por segura. O escrito principia assim: «A estas partes de França onde assisto ha muitos tempos, com as novas do cerco de Badajos me chegou um papel em que o conde do Sabugal dissuadia a V. M. do empenho daquela facção. Bem mostrou a fortuna com infeliz successo quanto então o Conde advertiu com atinado Conselho».

supostos e alheios, e os outros adulterados. Do terceiro tômo adverte: «Só reconheço quatro sermões meus, e esses totalmente não só transfigurados mas desfigurados»¹. Se isto foi em vida e quâsi em presença do autor, que protestava, não se estranhará que depois os falsários se despissem de todo o pejo, os ignorantes de todo o cuidado.

Tenho para mim que presentemente as cartas são a parte importantíssima de toda a obra de Vieira, assim pelo valor literário como pela luz que derramam sôbre os acontecimentos tão variados e interessantes em que de modo notável interveio. Destas acham-se inventariadas algumas, que não vieram à publicidade, além de inumeráveis outras desaparecidas, e as que porventura existem dispersas em colecções, ignoradas dos próprios que as possuem. Já Inocêncio chamava a atenção para as que se encontram na Biblioteca de Évora². Entre elas dezanove autógrafos para o marquês de Niza, de 20 de abril a 31 de agosto de 1648, que continuam a série das impressas, por descuido do compilador interrompida em 6 de abril, e são da maior valia para o conhecimento das negociações da paz que então se procurava tratar com a Holanda. Proponho-me trazer-las brevemente à Academia, como já fiz com outras da mesma Biblioteca³. Além dessas são de muito interesse as cartas de 6 de junho de 1650, de Roma a D. João IV, esta a única conhecida que dê notícias da missão que ali cumpria, e a de 2 de junho de 1691, da Baía, sobre as missões do Brazil, que pelo conteúdo parece dirigida a Roque Monteiro Paim, secretário de Estado, que presidia à Junta das Missões.

No Arquivo Nacional, colecção de papeis dos jesuitas, ocultam-se quatro cartas originaes, de 1673 e 74, as quais

¹ Carta de 23 de maio de 1679 a Duarte Ribeiro de Macedo

² *Dicc. Bibl.*, suplemento, tomo 8.º, pág. 319.

³ *Boletim da Academia*, vol. VIII, pág. 405.

fazem parte da controvérsia sôbre os christãos novos; uma delas sem assinatura, e com a nota no topo *solí omnino*, sinal da importância que o autor lhe attribuía. Nas *Provas da Deducção Chronologica* inseriu Pombal a de 15 de dezembro de 1674. Todas em extremo curiosas e relevantes para a questão ventilada.

Deixando de considerar os escritos, alguns apócrifos sem dúvida, sepultados nas colecções públicas, ou guardados com avareza pelos bibliófilos, convêm mencionar outros que, impressos embora, se acham esquecidos ou, por circunstâncias da publicação conhecidos quasi que só de raros estudiosos. Começarei pela *Carta apologetica ao padre Jacome Iquazafigo, provincial da Andaluzia*, originalmente em castelhano, publicada em um opúsculo de 1757. É de 30 de abril de 1686, e os factos a que diz respeito filiam-se na antiga rivalidade de dominicos e jesuitas, acirrada ainda pelas disputas sôbre a Inquisição. Nela se defende Vieira das imputações contidas em um pampheto de certo religioso da ordem adversária, occulto no pseudónimo de Escoto Patavino. A impugnação versa principalmente sôbre proposições de Vieira, desfiguradas em parte, àcerca do quinto império do mundo e vaticínios do Bandarra, semelhantes às que havia condenado o Santo Officio. A defesa é idêntica, mas há no documento referências biográficas que dão interesse à leitura.

No Brazil publicaram-se em 1860, na valiosa *Corographia historica*² do dr. Melo Morais, as *Annuaes* de 1624

¹ No Arquivo Nacional existe mais uma carta para o marquês de Gouveia, de 28 de julho de 1677, que não se acha nas colecções impressas. Faz parte de um códice de que deu noticia o sr. Pedro de Azevedo, em 1906, no estudo intitulado *As cartas do padre António Vieira oferecidas ao arquivo da Torre do Tombo*, e foi então nelle publicada.

² O título completo da obra é *Corographia historica, chronogra-*

e 25, relatórios para o Geral dos jesuitas, compostos por ordem dos superiores quando Vieira tinha 17 anos, como fica dito. São em número de cinco, das quais duas saíram primeiramente na *Revista do Instituto Historico e Geographico brasileiro*, do que dá noticia Inocêncio ¹. Á noticia do colégio da Baía cabe particular interesse, por descrever a tomada pelos holandeses, cêrco subsequente e restauração da cidade, e já nela se manifestam as raras aptidões literárias do autor.

Na mesma collecção saíram as duas extensas memórias: *Resposta aos capitulos que deu contra os religiosos da Companhia o procurador do Maranhão Jorge de S. Paio*, e *Memorial de doze propostas que os padres missionarios do Estado do Maranhão representam a Sua Majestade* ². São cópias extraídas da Biblioteca de Évora. Do primeiro documento diz Rivara ser «papel muito curioso para a historia das missões jesuiticas» ³, mas, segundo toda a apparencia, tanto êle, como o dr. Melo Moraes, ignoravam-lhe o autor. Sabe que é de Vieira quem tenha estudado a longa contenda sôbre a liberdade dos índios, que por tantos anos se debateu entre os jesuitas e os colonos do Pará-Maranhão. E Vieira no-lo confirma, escrevendo ao marquês de Gouveia: «Estes dias, posto que muito doente, estive respondendo aos capitulos que se presentaram contra nós, nos quaes não ha palavra, nem silaba, nem letra que não seja manifesta mentira» ⁴. O *Memorial de doze propostas*

phica, genealogica, nobiliaria e politica do imperio do Brazil. Contem numerosos documentos interessantes para a história do Brazil e de Portugal.

¹ *Dicc. Bibl.*, tomo 1.º, pág. 292.

² Tomo 4.º, citado.

³ *Catalogo cit.*, tomo 1.º, pág. 43.

⁴ Carta de 9 de setembro de 1662, escrita do Porto.

que trata do mesmo assunto, com a mesma argumentação e na mesma linguagem, é evidentemente da mesma pena.

Na *Historia da Companhia de Jesus no Maranhão*, pelo padre José de Moraes ¹, que o erudito maranhense Cândido Mendes de Almeida arrancou da penumbra dos arquivos, vem transcrita a *Primeira carta de noticias do Maranhão*, de 5 de outubro de 1653, para o Provincial em Lisboa, sobremodo interessante, mormente na parte que constitue a relação de viagem pelo Amazonas. A narrativa continha na *Segunda carta de noticias*, manuscrito da Biblioteca de Évora ², ainda por imprimir. Ao mesmo departamento da actividade omnimoda de Vieira pertence a carta de 2 de abril de 1680, para a província do Maranhão, inédito da Biblioteca Pública de Lisboa ³, recomendável aqueles a quem interessa estudar a parte que na formação da nacionalidade brasileira tiveram os tão detraídos jesuitas.

Não deve ficar no olvido a carta de 1648, para Francisco de Sousa Coutinho, de grande valor para a história das negociações com a Holanda, e que completa as informações colhidas na correspondência com o marquês de Niza. Publicou-a João Francisco Lisboa, outro maranhense, escritor castiço, biógrafo notável de Vieira ⁴. A cópia foi extraída da coleção de cartas do marquês de Niza, existente na Real Biblioteca de S. Francisco de Lisboa, segundo elle nos informa, dando o número do códice. Apesar das diligências empregadas não consegui até hoje apurar onde para o volume.

Nenhum destes documentos pode ser excluído de uma

¹ Publicada no Rio de Janeiro em 1860.

² Mencionada no *Catalogo*, tomo 1.º, pág. 41.

³ Ms. do fundo antigo, Cod. 4:517.

⁴ No tomo 4.º das suas *Obras*, Maranhão, 1865.

edição tolerável das obras de António Vieira, que algum dia se faça. Para ela muito há que expungir das existentes, e também não pouco que acrescentar. Já Inocêncio no *Diccionario*, há mais de meio século fez o reparo. A mim pareceu-me não ser demasia insistir com mais largueza em matéria tão relevante para a nossa história literária.

J. Lúcio de Azevedo.